



AS POLÍTICAS SOCIAIS E SEUS LIMITES NO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO

Carlos A. Ferreira Lima¹

RESUMEN:

*LAS POLÍTICAS SOCIALES Y SUS LÍMITES
EN EL PROCESO DE MUNDIALIZACIÓN*

El presupuesto se constituye en una arena de lucha de clases para la apropiación del excedente económico producido por el trabajador asalariado. En las economías semi integradas, como son las economías latinoamericanas, la inflación y su contraparte, la deuda pública, son necesarias para mantener la dinámica de la sociedad capitalista. Se resalta y analiza las consecuencias de la inflación y de la disminución de los gastos sociales para la clase trabajadora.

Palabras claves: política social, globalización, presupuesto, asalariado, inflación.

ABSTRACT:

*SOCIAL POLITICS AND THEIR LIMITS IN
GLOBALIZATION PROCESSES*

The budget is constituted in a class struggle for the appropriation of the economical surplus produced by wage-earning workers. In semi-integrated Latin American economies, inflation and its counterpart, public debt, are necessary to maintain the dynamics of the capitalist society. Consequences of inflation and waning of social expenses for working classes, are emphasized and analyzed.

Key words: social policy, globalization, budget, wage-earner, inflation.

RESUMO: *O orçamento passa a ser uma arena da luta de classes pela apropriação do excedente econômico produzido pelo trabalhador assalariado. Nas economias semi-integradas, como são as economias latinoamericanas, a inflação e a sua contraparte, a dívida pública, são necessárias para manter a dinâmica da sociedade capitalista. Ressaltam-se e analisam-se as consequências da inflação e da redução dos gastos sociais para a classe trabalhadora.*

Palavras chaves: política social, globalização, orçamento, assalariado, inflação.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em gastos públicos pensamos, de imediato, em três aspectos do orçamento que estão indissolavelmente ligados: receitas e despesas da União e a questão basilar e em geral olvidada, a questão política.

O orçamento é evitado de problemas políticos. Antes de ser uma questão técnica –uma caixa preta como em geral é apresentado–, ele se reveste de intrincados problemas políticos já que a sociedade dominada pelo capital é eminentemente conflitiva, contraditória, antagônica e, por conseguinte, excludente. É na luta pela apropriação de parte dos recursos orçamentários que os variados grupos, camadas e classes sociais procuram garantir sua reprodução social. A luta de classes que se encontra no seio do orçamento para apropriação de uma parte alíquota do excedente econômico produzido pelo trabalhador assalariado é simplesmente elidida. Nas sociedades hegemônicas essa luta assim transparece:

¹ Ferreira Lima, Carlos Alberto, Facultad de Economía, Universidad de Brasilia, Brasilia DF, Brasil

As grandes empresas querem que o governo construa mais estradas; banqueiros e investidores exigem do governo mais empréstimos e investimentos; os pequenos empresários e agricultores querem mais subsídios; os trabalhadores sindicalizados pressionam por mais previdência social; os grupos pró-direitos previdenciários querem maiores descontos no imposto de renda, mais habitações e melhores serviços de saúde pública [...]

As grandes empresas e os investidores ricos querem que os trabalhadores e os pequenos empresários suportem os gastos com a modernização de aeroportos, a expansão da rede viária, o controle da poluição e a distribuição de água. Os pequenos empresários e os proprietários de imóveis residenciais querem redução de impostos sobre a propriedade. Os pobres desejam puramente alívio tributário; os assalariados de nível médio reivindicam menor imposto de renda (O'Connor, 1977, pp. 13-14).²

Ressalta do acima exposto, que o orçamento público se constitui numa arena em que os diversos grupos, camadas e classes sociais se digladiam a fim de abocanhar a maior parte possível do excedente expropriado ao trabalhador assalariado. Nesse sentido, dizer que os burocratas de plantão é que possuem o poder de decisão sobre a alocação de recursos é, no mínimo, desconhecer a práxis burocrática que determina o montante e os setores que serão aquinhoados com os recursos orçamentários. É preciso que se entenda que a sociedade capitalista, do lado dos proprietários dos meios de produção e subsistência, é composta por uma miríade de micros, pequenas, médias, grandes e megas empresas nos mais diversos setores da extensa e profunda divisão social do trabalho. Por outro lado, a existência dessas unidades produtivas privadas (empresas) requer, pressupõe a utilização da força de trabalho (não-proprietários dos meios aludidos) a fim de valorizar o capital. Naturalmente, os trabalhadores assalariados se organizam em associações, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais como o MST entre outros. Então, no âmago do processo produtivo temos a luta de classes em que os capitalistas, que também têm suas associações, seus sindicatos, seus partidos políticos, seus movimentos sociais como a UDR, se apropriam da riqueza produzida pelos trabalhadores sob a forma social mercadoria e, estes (despossuídos), são constrangidos a vender novamente sua mercadoria, a força de trabalho, para o capital.

OS GASTOS PÚBLICOS SOCIAIS

O montante dos gastos orçamentários nos dois últimos anos do governo FHC e primeiros dois anos do governo Lula *parecem* ter sido vultosos. Os gastos com Saúde cresceram em termos absolutos, passando de R\$21.187,00 bilhões para R\$31.794,00 enquanto que tiveram um decréscimo percentual, ou seja, passaram de 13,3% para 12,8% no período de 2001 a 2004. Em seguida, vem a Educação com cerca de R\$ 8.975 bilhões em 2001 para R\$13.038 bilhões em 2004. Novamente temos aí uma queda dos investimentos relativos à educação em termos percentuais, ou seja, 5,6% em 2001 e 5,2% em 2004. É importante sublinhar o fato de que, também, as despesas com pessoal têm diminuído sensivelmente nos vários níveis de ensino o que demonstra, por parte do governo federal, pouca ou nenhuma atenção para com o conhecimento.

Em termos de volume de recursos dispendidos, seguiu-se o gasto da Secretaria Especial do Programa Bolsa Família que saltou de R\$1.531,00 bilhão em 2001 para R\$5.799,00 bilhões de reais o que, em termos percentuais, representa quase que duas vezes e

² O'Connor, J. *USA: a crise do estado capitalista*, RJ, Paz e Terra, 1977.

meia sua participação nos gastos sociais com o item Assistência Social, ou seja, passa de 1% para 2,3% o que deixa claro a incipiência do gasto público social neste setor que envolve itens como: assistência à criança e nutrição, erradicação do trabalho infantil, bolsa criança-cidadã, auxílio-gás, bolsa-alimentação, o bolsa-escola e cartão alimentação.

Há que se registrar o quadro de abandono no que respeita os gastos com saneamento básico e habitação que apresentaram uma acentuada queda no montante de recursos tanto em termos absolutos quanto relativos

Inegavelmente as condições de produção e reprodução material da sociedade dominada pelo capital se encontra em uma situação agônica posto que ressalta, dos dados acima, o abandono da outrora 8ª economia do mundo e que hoje se encontra em 13ª no *ranking* mundial. Esse dado é eminentemente controverso se levarmos em consideração a sobrevalorização do real o que a colocaria em uma posição ainda mais inferior no *ranking* em tela. Sem investimentos na infraestrutura, sem incentivos ao desenvolvimento científico-tecnológico, sem política urbana –quando se assiste nas megalópoles ao crescimento do poder paralelo–, sem uma política acurada de reforma agrária etc., a situação socioeconômica brasileira tende a agudizar os níveis de indigência e miséria que pululam na sociedade brasileira.

O caso brasileiro é sintomático. O cardápio do Fundo Monetário está sendo aplicado pelo governo Lula. A inflação é vista como sendo um problema eminentemente monetário, ou seja, trata-se de enxugar a base monetária porque há excesso de dinheiro circulando, o que provoca inflação por excesso de demanda. O povo brasileiro, por essa visão, estaria consumindo muitas mercadorias produzidas pela indústria capitalista. Daí o Banco Central utilizar a taxa de juros como mecanismo de contenção da taxa de inflação a fim de diminuir o excesso de demanda... em uma economia pré-falimentar como a nossa. Por essa perspectiva, a sociedade se alimenta em demasia e cabe ao Banco Central, juntamente com o Ministério da Fazenda, fazer uma política econômica asséptica, intervenções assépticas nas quais os cortes não pareçam o que são, isto é, o sangramento dos gastos públicos sociais.

Nesse sentido, a inflação nos é apresentada como sendo produto de um dragão que não podemos vencer, somente controlar. É a dança fantasmagórica das cadeiras. A inflação, produto social, passa a ser apreendida como fetiche que a tudo e a todos domina.

A política inflacionária serve para diminuir o poder aquisitivo da classe trabalhadora a fim de aumentar o lucro da classe detentora dos meios de produção e subsistência. Nesse sentido, a inflação é ruim para o trabalhador mas, em compensação, é ótima para os capitalistas que minimizam os custos de sua folha de pagamento aumentando sua taxa de lucro. Dessa forma, a inflação como fenômeno social total é um produto dos conflitos, contradições e antagonismos sociais que subjazem na estrutura do modo de produção capitalista e, *pour cause*, tem que ser apreendida a partir da produção.

O fordismo implicava no aumento da produtividade do trabalho assim como da massa de mercadorias disponíveis no mercado. A produção capitalista ocorria por meio de dois mecanismos macroeconômicos clássicos: emissão de moeda-estatal e endividamento público. Dito de outra forma, para que os investimentos tecnológicos não se traduzam em preços cadentes, dada a diminuição do tempo de trabalho para a produção da unidade produzida, este modo de produção mercantil necessita da inflação para se dinamizar e, já que a produção capitalista é *capital intensive*, o “elixir” inflacionário mostra o seu vigor e sua

função diferentemente do que aponta a política econômica do atual (des)governo. Dessa forma, a inovação tecnológica se constitui num acicate para o aumento da galinha de ovos de ouro do capitalismo: a taxa de lucro. Ao mesmo tempo em que a inovação tecnológica possibilita o desenvolvimento econômico com sua introdução no processo produtivo, este, chegado a um determinado patamar, tem que desviar o capital produtor de mercadorias para a produção de não-mercadorias a fim de garantir a taxa de lucro que a produtividade aumentada tendia a zerar. Assim sendo, a economia capitalista volta seus instrumentos para resolver as crises intermitentes que solaparam e solapam a sua dinâmica. Para fazê-lo, a produção de não-mercadorias pelas unidades produtivas privadas encontrará, no governo, seu demandante monopsônico para solucionar, temporariamente, a crise de insuficiência de demanda efetiva. O governo do ex-operário Lula, desconhecendo a função anticíclica basilar do Estado no processo de acumulação, atende à farmacopéia do FMI e BM aprofundando a depressão e crise da economia brasileira ao diminuir substantivamente os gastos sociais públicos. Ao invés de criar emprego, via investimentos produtivos, a propositura governamental é a implementação de uma política pública que visa a perpetuar a indigência, a não-produção de riqueza, como o são os gastos em vales escola, leite, refeição, gás etc. É a produção e reprodução de uma sociedade de indigentes, de pedintes.

O problema é que o próprio desenvolvimento capitalista mudou o processo produtivo-consuntivo, ao garantir a demanda para capitalização, por meio do dispêndio governamental que veio *comblar le trou* da insuficiência crônica de demanda efetiva, que já havia sido diagnosticada por Malthus no início do século XIX e que culminou com a crise de 1929. Nesse sentido, o governo demanda no lugar dos trabalhadores. A produção de mercadorias transforma-se em produção de não-mercadorias, o trabalho produtivo gasto no departamento I, produtor de máquinas de produzir máquinas, e no departamento II, produtor de meios de consumo, passa a ser capitaneado pelo departamento III, produtor de não-mercadorias, produzidas pelo trabalho improdutivo-destrutivo. A astúcia keynesiana foi, entre outras, propor o deslocamento do Estado capitalista da esfera da produção para a esfera da circulação. Há crise no sistema porque a distribuição de renda é capitalista. Nas economias retardatárias que não possuem a totalidade do DI, do DII e do DIII, só resta ao Estado dinamizar o processo acumulativo via gastos improdutivos e, às vezes, destrutivos como é o caso do envolvimento brasileiro no Haiti. O dinheiro nacional não tem poder social para comprar, por exemplo, o departamento III de não-mercadorias. Mais uma vez tem razão Marx ao afirmar que *o homem traz no bolso o poder social que ele tem*. Nesse sentido o poder do capital -dinheiro nacional é limitado, pois não pode, não tem poder de demandar as não-mercadorias bélicas, espaciais pertencentes às economias hegemônicas.

Ora, no momento em que a inflação, 'elixir' do capitalismo, não mais o dinamizava, mudou de forma: passou a ser dívida pública. Ao se metamorfosear a inflação passou a não ser captada pelo índice de preços.

Para que a inflação reste em patamares reduzidos, viabilizando a dinâmica capitalista, o Estado lança mão da emissão de títulos públicos. A produção que era fundada no trabalho produtivo, produtor de mercadorias, se nega e, *pour cause*, temos a produção de não-mercadorias, produtos bélicos, espaciais, obras públicas inconclusas etc., onde o trabalho improdutivo-destrutivo passou a dominar toda a dinâmica econômica. O processo de desenvolvimento contraditório do sistema capitalista leva, necessariamente, a que o Estado emita *state-money* com uma das mãos a fim de contratar trabalhadores improdutivos para o terciário do governo e trabalhadores destrutivos para a produção bélica, espacial etc. e, com a

outra mão venda títulos públicos visando o enxugamento da base monetária que possibilitaria o vertiginoso aumento de preços. A inflação mudou de forma, e a dinâmica deste modo de produção só poderá continuar na medida em que o déficit orçamentário possa crescer, hipertrofiando o crescimento capitalista o que significa dizer que esse processo de reprodução sociometabólico caminha para a depressão e crise do capitalismo.

Essa foi a *solução* que vigeu até os anos setenta quando, em nível internacional, a economia capitalista se depara com a crise do DIII que contamina os demais departamentos. O Estado do Bem Estar Social entra em *débâcle*.

O que foi solução deixou de sê-lo. A negatividade das mercadorias passou a ser negada, e a proposta neoliberal que veio dominar a economia política brasileira, retardatária teve, nos governos FHC e Lula, o ‘arsenal’ macroeconômico direcionado para o atendimento da classe dominante, especialmente do capital fictício. Nesse sentido, a opção governamental foi a deflação se esquecendo das severas advertências de Keynes.

As preocupações do eminente lorde estão se realizando na sociedade brasileira, já que assistimos a convulsões sociais em todas as megalópoles brasileiras dominadas pelo narcotráfico, tráfico de armas e todo tipo de comércio à margem da lei. A taxa de mortalidade, a taxa de morbidez da população com milhões de crianças abandonadas e carentes. O poder paralelo se institucionaliza. Este lado negativo não aparece e nem é reconhecido pelo Governo. Com a concentração de renda que temos na sociedade brasileira, em que 0,9% da população se apropria de uma renda superior à somatória dos 50% mais pobres³, e em que os 10% destes se apropriam somente de 1% da riqueza nacional, podemos nos preparar para um maior número de roubos, furtos e diversos outros crimes.

Acresce a isso a corrupção praticada nas diferentes esferas de governo, em que o poder público se encontra mancomunado com o poder privado no saque, na evisceração da maioria da sociedade, ou seja, para que o processo de acumulação possa continuar na periferia do mundo globalizado, aumentando a *adiposidade* das elites nacional e internacional, tornou-se imperativo o empobrecimento da chamada classe média que está sendo descarnada pela exponencial carga tributária, pelo subconsumo, visando os pagamentos das dívidas interna e externa, além dos extorsivos juros que contribuem para que o trabalhador reste ‘*sarado*’...

A apropriação do dinheiro público assume as formas mais diversas em termos improdutivos como, por exemplo, os gastos com publicidade institucional que, no ano de 2005, atingiu a cifra de R\$94 milhões enquanto que a publicidade referente a campanhas preventivas de doenças e vacinação foram aquinhoadas com, praticamente, o mesmo valor R\$96 milhões.

Há que aduzir enfaticamente o fato conhecido, e praticamente não assinalado, da íntima ligação entre o narcotráfico, tráfico de armas e o processo de mundialização do capital em crise. Nesse sentido:

O delito e a corrupção são outros dos “perigos”, segundo o General Pace –da Infantaria de Marinha dos Estados Unidos, Comandante-em-Chefe do Comando Sul dos EUA (CL)–, para a democracia e a prosperidade. A corrupção da política e dos políticos é predominante entre os que têm o poder governamental e os altos cargos

³ Ver MEDEIROS, M. *O estudo dos ricos no Brasil*, RJ, Econômica, V. 7, n. 1, 2005.

do exército com os quais o Comando SUL colabora ativamente, aos que assessora e dirige. Cada grande escândalo de corrupção que teve lugar na América Latina na década passada envolveu políticos e oficiais que levavam adiante os delineamentos norte-americanos de política econômica neoliberal e a "defesa do hemisfério" (leia-se a hegemonia dos Estados Unidos). Enquanto os guerrilheiros seqüestram milionários para financiar suas atividades, os maiores bancos norte-americanos, incluídos o Citibank, o Banco de América e os principais bancos de Miami e outras cidades, alvejam entre US\$250 e 500 bilhões ao ano, segundo as audiências no Senado norte-americano. E quanto ao tráfico de drogas, a maioria dos lucros é branqueada nos bancos norte-americanos. O camponês recebe uma fração do preço final. A erradicação da coca, que coaduna a penetração profunda dos EUA em todos os níveis da polícia, forças armadas e o sistema político latino-americano é um pretexto para o controle a longo prazo e em grande escala pelo Comando SUL de todo o Aparelho de Estado latino-americano.⁴

Dito de outra forma, a economia capitalista, em grande parte do século XX dinamizou-se, com base no *well/warfare state* com a produção de mercadorias sendo negada sistematicamente, já que a economia fundada nos dois departamentos produtores de meios de consumo e meios de produção se deparou com seu *finishing* e, então, a saída encontrada foi a produção de não-mercadorias, estando aí implicada a produção da droga, do tráfico sob as mais variadas formas, que alimentam de modo substancial a valorização do capital fictício. A produção para a destruição é a característica maior do capitalismo na sua fase imperialista atual dominada pelo capital bursátil. Isso traz conseqüências muito sérias e danosas para as pessoas que habitam nas cidades e, o que é pior, grande parte delas, a maioria silenciosa, desconhece olímpicamente as implicações que têm, para sua vida, as políticas emanadas pelo governo subserviente aos ditames do capital internacional. Aparentemente as medidas tomadas nos recônditos das comissões, salas, quartos... ante-salas das decisões político-econômicas nada têm a ver com os habitantes da cidade, com a nossa vida. É como se existissem dois mundos: o do *noumeno kantiano* e o mundo real. A alienação impera, amortece e embrutece as consciências. Nesse sentido, a dominação de classe se manifesta *aplastante* sobre a sociedade que, de imediato, não encontra meios de se soerguer. As cidades, dessa forma, apresentam todas as belezas e disformidades da sociedade dominada pelo capital.

AS CIDADES

As cidades produzidas pelo mundo do capital começaram elementares e Engels, no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, já apresentava os enfrentamentos, as contradições, as lutas irreconciliáveis que se cristalizavam na *urbis*. É inegável que as cidades foram se desenvolvendo com o próprio desenvolvimento capitalista. Como as relações de trabalho nem sempre foram dominadas pelo capital, é este que cria, no seu processo de reprodução sociometabólica, a classe trabalhadora assalariada. O assalariamento nem sempre existiu. É só a partir de um longo processo histórico que vamos ter a relação social básica que caracteriza o modo de produção capitalista, ou seja, a relação capital-trabalho. Mas o desenvolvimento do capitalismo de livre concorrência carrega, *in potentia*, suas próprias contradições trazendo consigo os germens portadores de um capitalismo mais avançado, mais desenvolvido, mais excludente. São as metamorfoses percorridas pelo capital no seu processo de desenvolvimento, criando, destruindo, produzindo e reproduzindo novas formas sociais

⁴ Ibid. p. 3.

que vêm desembocar na maior crise do século XIX, 1873-1896, e que marca a necessária transformação da livre concorrência em concorrência oligopolista, monopolista por meio da formação de trustes e cartéis.

O processo acumulativo, de cartelização, trustificação que vai do último quartel do século XIX até a crise de 1929 é a tentativa, pelo capital, de sobrepassar as crises intermitentes que assolaram o capitalismo durante o século XIX e primeiras décadas do século passado. É importante salientar que esta concorrência oligopolista traz, também, na sua dinâmica, a negação de si própria.

À centralização socioeconômica corresponde a concentração e centralização dos trabalhadores nas fábricas, nas cidades do capital. A tendência é a migração do campo para a cidade.

O campo reconhece que está a serviço da cidade, e a cidade envenena a natureza; ela a devora re-criando-a no imaginário para que essa ilusão de atividade perdure. A ordem urbana contém e dissimula uma desordem fundamental. A grande cidade não é apenas vícios, poluições, doença (mental, moral, social). A alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e solidão. Nela o espaço torna-se raro: bem valioso, luxo e privilégio mantidos e conservados por uma prática (o "centro") e estratégias. Decerto que a cidade se enriquece. Atrai para si todas as riquezas, monopoliza a cultura, como concentra o poder. Devido à sua riqueza explode. Quanto mais concentra os meios de vida, mais torna-se insuportável nela viver.⁵

O mundo produzido pela frenética e caótica acumulação de capital tem como seu subproduto deletério, mas necessário, as megalópoles hoje conhecidas em que a vida se torna cada vez mais insuportável como referido acima. É a produção e reprodução dos indigentes, favelados, do crime organizado, das violências física e muda, do tráfico de órgãos, contrapostos ao encarceramento das elites e da "classe média alta", em verdadeiras fortalezas, nos bairros ricos, que são possuidores de serviços de saneamento, água e esgoto, iluminação pública, escolas etc., onde é *representado*, como apresentou Buñuel, *o charme discreto da burguesia*. Os trabalhadores, em plena crise do capital, serão, como mostrou cinematograficamente também Buñuel, *los olvidados*.

Ora, o mundo capitalista ao se desenvolver transformou-se negando as bases que davam sentido à sua existência. O capital produtor foi dominado pelo capital fictício, capital não-produtor de excedente econômico e que suga a mais-valia produzida pelo trabalhador, *in actu*, na esfera produtiva. O resultado desse processo complexo foi o desenvolvimento de atividades inteiramente marginais, alheias ao processo produtivo-consuntivo capitalista. Não por acaso têm sido as atividades bélicas, espaciais, de propaganda, de segurança entre outras que dinamizaram a economia imperialista nestes últimos 60 anos. Neste sentido, quando o processo de mundialização mostra seu lado negativo em que a economia se apresenta combalida com taxas de acumulação decrescentes, as atividades ligadas ao submundo: lavagem de dinheiro, narcotráfico etc., ganham uma fantástica dimensão ao desenvolver e institucionalizar o poder paralelo. A população das megalópoles fica sem ter para onde correr: sem proteção, sem segurança, sem governo, sem trabalho, sem emprego, sem salário, sem esperança, sem...

⁵ Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*, BH, Ed. UFMG, 2002, pp. 89-90.

As organizações de classe, partidos políticos, sindicatos se encontram desorganizados pelo rolo compressor das políticas neoliberais que praticam a política pública de “terra arrasada”. Dessa forma as grandes cidades, em seu cotidiano, se tornam palcos de todo tipo de violência. Assim como o capital fictício é, ao mesmo tempo, a forma mais desenvolvida e a negação mais acabada do capital, é lá, exatamente na grande cidade, cidade do capital, que vamos ter colimada sua (da cidade) tendência a ser a negação do lazer, da cultura, do bem estar, da “*joie de vivre*”. É impressionante, por exemplo, o fato de que a produção de maconha no Canadá seja o triplo da produção de trigo quando 50% da população mundial vive em condições de miserabilidade com menos de dois dólares ao dia. A não-produção de meios de consumo corresponde a produção *thanática*, destruidora do homem como ser total e de suas relações sociais na atual fase imperialista.

Os traficantes de maconha do Canadá transformam casas suburbanas e armazéns abandonados em fazendas da erva, criando um mercado que movimenta 10 bilhões de dólares canadenses (US\$8,5 bilhões), o triplo do valor girado pelo principal produto agrícola legal do país, o trigo.

Cidades como Vancouver, Montreal e Toronto devem abrigar, cada uma, 20 mil plantações de maconha, disse Rich Baylin, ex-coordenador nacional da Royal Canadian Mounted Police, a polícia montada do Canadá. O cultivo está crescendo porque as penalidades no país correspondem geralmente a um oitavo daquelas aplicadas nos EUA, além de ter crescido a aceitação da maconha por parte dos canadenses. “*Isso é uma calamidade para as comunidades e um perigo para as crianças*”, disse o parlamentar do Partido Liberal Jim Karygiamis.⁶

Os *experts* da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, tendo à frente o médico Palocci, antípoda do médico Quesnay que escreveu o genial *Tableau Economique*, desconhecem a dinâmica do que estão administrando. Não conhecem seu modo de funcionamento e, talvez por isso, se fingem de surpresos como foi o caso do ex-ministro em tela ao dizer em 1/12/2005, segundo a Folha de São Paulo, “*que o recuo do PIB no terceiro trimestre foi uma ‘surpresa negativa’, mas que o resultado é só ‘um momento fora da curva de crescimento’*”. Ora, tal afirmativa implica em desconhecer que o *crescimento negativo*, como foi o daquele trimestre, é o produto inexorável da própria política pública levada a cabo pelos tecnocratas de plantão e que, portanto, se manifesta de forma palmar no *espetáculo do encolhimento*. Essa política, irresponsável socialmente, produziu o despencar da taxa de investimento esgarçando ainda mais o já frágil tecido social brasileiro.

A QUESTÃO TRIBUTÁRIA

O dinheiro-imposto é uma das formas sociais que assume a mais-valia, ou seja, o excedente no modo capitalista de produção. Enquanto tal, é uma das manifestações fenomênicas do processo de exploração capitalista. Neste mundo de produção mercantil desenvolvida, o processo de supra-sunção real do trabalho ao capital é envelopado pelo dinheiro-salário dando a aparência de que o trabalhador foi pago pelo seu trabalho. Aparência necessária à reprodução do capital. A ideologia faz parte do real e, assim, tem que se apresentar como seu representante a fim de cumprir com o seu *desideratum* que é o de simplificar e unificar a vida em proveito da ação, como dizia Mannheim.

⁶ Argitis, Teophilos. *No Canadá maconha já rende mais que trigo*, www.folha.com.br 01/10/05.

Sendo os impostos, produto da mais-valia apropriada pelo Estado, eles têm que aparentar racionalidade, isto é, se forem tributados os lucros e diminuídos os subsídios às empresas, diminuirão o emprego e a produção. Dessa forma a *racionalidade* consiste em não tributar unidades produtivas privadas já que o processo de acumulação tenderia a fletir diminuindo, em conseqüência, os postos de trabalho. Dessa forma o desemprego grassaria na sociedade. O outro princípio da ideologia tributária é o da *equidade* que implica na progressividade do tributo, ou seja, quanto maior a renda, maior o imposto. Como veremos adiante, os dados mostram que é o trabalhador assalariado formal ou informal que paga, ou melhor, carrega nas costas a maior carga dos impostos. A equidade está longe, também, de se constituir em verdade. A ideologia capitalista que encobre, maquia a questão tributária, necessita aparentar uma consistência lógica e formal para poder circular e fazer crer que o sistema, sob o império do capital, tem sua *rationale* independentemente dos indivíduos.

Na realidade a ideologia tributária encobre, fetichisa, as várias funções sociais que o dinheiro-imposto necessariamente assume na sociedade estratificada, conflitiva, e contraditória que vivemos.

Assim, o dinheiro –imposto é sempre, sob a ótica do contribuinte individual um não–meio-de-consumo e, sob a ótica da empresa, capital-dinheiro-potencial. Como dinheiro-estatal, o dinheiro-imposto se converte em meio de compra de “não–mercadorias” e de trabalho improdutivo (terciário do governo e serviços das empresas terciárias), que se resolvem, finalmente, em meio de compra de meios de consumo e meios de acumulação das empresas produtoras de “não-mercadorias”. Por isto, o dinheiro-imposto é o principal instrumento de reincorporação da força de trabalho, por via do consumo, ao processo produtivo-consuntivo e de redução da taxa de expansão das forças produtivas.⁷

O imposto incide diretamente sobre a força de trabalho o que, incontestavelmente, diminui o poder de compra, já deveras corroído dos trabalhadores e, no caso das empresas, cumpre a função de obstar a crise de sobreacumulação ao desviar recursos que seriam destinados à expansão das forças produtivas para a produção improdutivo-destrutiva na compra de não-mercadorias. Desconhecendo o fato de que, aquando das crises capitalistas o Estado, por meio da expansão do terciário e da produção destrutiva, garante a reprodução das classes sociais em luta, o governo brasileiro contrai drasticamente os investimentos e os gastos sociais.

Não resta dúvida de que quando o processo de acumulação se encontra em fase depressiva sempre coube, historicamente ao Estado, fazer investimentos, contratar trabalhadores improdutivos etc., a fim de garantir a realização das mercadorias produzidas pelo mundo do capital. O governo brasileiro parece ter esquecido as lições da história.

O Estado nas economias semi-integradas como a brasileira, destrói o imenso potencial de consumo da classe média congelando salários, demitindo trabalhadores tanto qualificados quanto não qualificados, terceirizando outros etc. Na realidade, o Estado nas economias retardatárias como a nossa demite trabalhadores, contribui para a diminuição da formação bruta de capital fixo, fazendo com que postos de trabalho se *evaporem no ar*. Nesse sentido, o Estado brasileiro canaliza os recursos que deveriam financiar a força de trabalho,

⁷ Campos, Lauro. *Mecanismos de sustentação do crescimento. I O terciário*, BSB, UnB, Textos para discussão, 1973, p. 56.

para o financiamento da classe capitalista e, naturalmente, para sua fração hegemônica no mundo de hoje, ou seja, o capital fictício, bursátil.

O governo brasileiro aumentou consideravelmente a carga tributária sobre o assalariado a fim de garantir a reprodução da classe capitalista cujo capital se encontrava e se encontra em crise. O exponencial aumento dos tributos, somado ao congelamento dos salários, se constituem na forma indispensável de padrões subumanos de consumo aos trabalhadores brasileiros que o mundo do capital impõe. A acumulação de capital no Brasil supõe o não-consumo imposto pela classe social dos investidores sobre os não-consumidores já que, agora, o Estado se apresenta como um consumidor autônomo no lugar dos trabalhadores endividados e divididos. Assiste razão a Susan George quando afirma:

A contiguidade física dos ricos e dos pobres torna a vida daqueles menos agradável do que gostariam que fosse, por direito. Mas por razões paradoxais, mesmo em casos de sérios perigos, os ricos raramente advogam a distribuição de riquezas aos pobres, ainda que isso pudesse diminuir significativamente os riscos para si mesmos. A máxima dos vencedores repousa, como sempre tem sido, em *Après nous, le déluge*.

[...] Eles (os políticos, CL) não explicam como as massas populares podem se adaptar automaticamente ao desemprego, ao subemprego, ou às condições precárias de trabalho, ao deslocamento geográfico e a uma longa jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, devotar o tempo e a atenção necessários às suas famílias.⁸

É inegável que a proposição neoliberal do Estado mínimo se constitui em uma saída temporária para a crise da relação social básica deste modo de produção: a relação capital-trabalho. Agora, na crise maior do capital, o trabalhador assalariado, sem carteira assinada, sem direitos... se defronta com a precarização do trabalho e passa a conhecer a alternativa real do capital ao mundo do trabalho: *a barbárie*.

Quadro III

Dias trabalhados no ano para pagar tributos

ANO	em Dias	em Meses/dias	%	ANO	em Dias	em Meses/dias	%
86	82	2m e 22d	100	96	100	3m e 10d	122
87	74	2m e 14d	90	97	100	3m e 10d	122
88	73	2m e 13d	89	98	107	3m e 17d	130
89	81	2m e 21d	99	99	115	3m e 25d	140
90	109	3m e 19d	133	00	121	4m e 1d	148
91	90	3m	110	01	130	4m e 10d	159
92	93	3m e 3d	113	02	133	4m e 13d	162
93	92	3m e 2d	112	03	135	4m e 15d	165
94	104	3m e 14d	127	04	138	4m e 18d	168
95	106	3m e 16d	129	05	140	4m e 20d	171

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)

O quadro acima apresenta a regressividade dos impostos no estado despótico e autocrático brasileiro de forma palmar.

⁸ George, Susan. *Relatório Lugano*, SP, Boitempo, 2002, pp. 33-34.

Como se pode observar no quadro acima, em 2005 o trabalhador teve que disponibilizar sua força de trabalho para o capital praticamente o dobro de dias que trabalhava em 1986 para conseguir pagar seus tributos. Entretanto hoje há um agravante, pois com o sucateamento dos serviços públicos o trabalhador tem que recorrer aos serviços privados que irão consumir mais uma boa parte de sua parca remuneração, e isso sem deixar de pagar pelos serviços públicos que não está usando.

É bom lembrar que as economias semi-integradas como a brasileira, não tiveram a possibilidade de conhecer o Estado do Bem-Estar Social como ocorreu com as economias hegemônicas. Dessa forma, a crise da economia internacional se apresenta de forma mais contundente nos países periféricos e, nesses,

Se a sociedade é agressiva, se ela coloca nas penitenciárias os transgressores da lei, se a sociedade transforma essas penitenciárias em campos de concentração, se a sociedade organizada marginaliza-se e deixa que duas crianças morram por minuto neste país, não é possível exigirmos do homem um comportamento civilizado.

O homem tem seu comportamento como ser social situacionalmente determinado. Ele não é um ser de laboratório. Ele é o resultado dessa vivência, ele é o resultado das exclusões e dos sacrifícios a que se submeteu, ele é o resultado de seu desemprego, ele é o resultado do seu desencanto...⁹

No caso das economias retardatárias, a classe trabalhadora não conheceu o *well/warfare state* e, nesse sentido, o seu processo de produção e reprodução no mundo do trabalho em crise, só tem como alternativa o submundo, a informalidade. O trabalhador brasileiro perde, nesses anos de crise, grande parte das conquistas que obteve nos últimos cinquenta anos.

O salário indireto da classe trabalhadora possibilitava o consumo e realização do capital-mercadoria disponível nas prateleiras pela produção capitalista potencializada pela inovação tecnológica. Agora, na crise maior do capital, os recursos que eram direcionados para o financiamento da força de trabalho são, neste momento, redirecionados para financiar a classe capitalista. O lucro do mundo do capital em crise se alimenta da transferência de recursos produzidos pela classe trabalhadora para as elites brasileira e internacional que deles se apropria. É o lucro do capital fictício produzido no Brasil –cassino, comandado pelo que outrora foi o maior partido de esquerda da América Latina. Não por acaso os bancos, no governo Lula, têm tido os maiores lucros da história brasileira. Nos três anos do governo atual o lucro bancário foi superior ao de oito anos de FHC. O que está claro é que a opção política traçada por Lula e sua *entourage* é a de beneficiar os parasitas do setor bancário.

Há uma crise fiscal fantástica na economia nacional e a sociedade brasileira, ou melhor, os trabalhadores e os desempregados são os que estão suportando a carga. Novamente o banquete da elite está sendo pago com desemprego por parte ponderável da população brasileira e com os salários arrochados dos trabalhadores que conseguiram se manter na ativa. Cabe ressaltar que com a privatização dos serviços públicos, a chamada classe média tem tido que despender seus recursos com serviços como: planos de saúde, segurança, educação, previdência privada, pagamento de pedágio nas estradas privatizadas o que tem contribuído, sobremaneira, para a diminuição do poder aquisitivo desse estrato social, mostrando, na prática, que a política pública levada a efeito pelo governo optou clara e

⁹ Campos, Lauro. *O mundo dos tijolos*, Folha de São Paulo, Opinião Econômica, 1995, p. 2-2.

decididamente em garantir altas taxas de remuneração do capital privado. Apesar do espetacular aumento de produtividade ocorrido no setor agrícola, que foi o grande responsável pelo superávit na balança comercial, a sociedade brasileira não foi beneficiada com esses incrementos. Ao invés de termos uma oferta maior de produtos deste setor para o mercado interno, a fim de alimentar a população esfaimada, que é a nossa, a política pública do governo foi de financiar o agrobusiness, aumentando a oferta de commodities para o mercado externo, em detrimento do mercado interno. Quando ocorre a gripe aviária, como agora, os preços dos frangos caem no mercado interno possibilitando que o pobre coma, do frango que FHC dizia ser o símbolo do real: asa e perna...

O processo de trabalho se modificou. A acumulação capitalista que era capitaneada pelo departamento III, entrou em crise. Durante a vigência do processo de produção fordista a dívida pública cresceu fantasticamente mostrando sua imprescindibilidade para o mundo do capital. O problema é que a dinâmica voltada para o luxo, para o improdutivo, para a destruição, para a guerra se deparou com a imensa dívida que, de alavanca potencializadora do processo de acumulação se transformou em seu contrário, ou seja, passou a representar uma nova forma de crise, a da dívida pública. No caso brasileiro esta já ultrapassou R\$1 trilhão de reais.

QUADRO V

Proposta Orçamentária 2006

R\$ bilhões

GRUPO NAT DESPESA		PRIMARIAS		FINANCEIRAS	PPI	TOTAL
		Obrigatórias	Discricionárias			
1	Pessoal e Encargos Sociais	101,43	-	7,21		108,65
2	Juros e Encargos da Dívida		-	179,52		179,52
3	Outras Despesas Correntes	315,02	33,54	0,37	0,23	349,16
4	Investimentos	0,22	11,16	0	2,94	14,32
5	Inversões Financeiras	0,1	1,4	28,24	0,13	29,87
6	Amortização da Dívida	-	-	927,08		927,08
9	Reserva de Contingência	0,01	5,47	20,89		26,47
	TOTAL	416,78	51,57	1.163,31	3,30	1.635,07

Fonte: PLOA 2006

O quadro acima apresenta a proposta orçamentária para o ano de 2006 e deixa clara a realidade precária da socioeconomia brasileira. As despesas com juros e encargos da dívida devem atingir o montante de R\$179,52 bilhões de reais e a amortização da dívida está prevista atingir estratosféricos R\$927,08 bilhões de reais. O desdouro do governo para as questões que efetivamente interessam à sociedade é gritante e, *pour cause*, lamentável sob qualquer aspecto.

O superávit primário é um mecanismo utilizado pelo governo para pagar os juros da dívida que, no caso brasileiro, se constitui em um acentuado montante de recursos. A alegação feita pelo governo no sentido de ter um superávit primário elevado visa, segundo discurso oficial, tornar o país “confiável” aos credores internacionais. Não resta dúvida de que o governo ao despender vultosos recursos para o pagamento da dívida diminui, *pari passu*, os gastos sociais públicos em uma sociedade que, na América latina, só cresceu mais que o Haiti. Dessa forma, há uma transferência de recursos da sociedade (via juros e recolhimento de impostos) para o pagamento da dívida, ou melhor, para o capital financeiro que mama nas tetras do governo.

Finalmente, é importante acentuarmos que é verdadeiramente impossível adentrarmos em um *ciclo virtuoso de desenvolvimento* como assegura o governo já que este se encontra sobrestado pelas próprias políticas por ele implementadas:

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que respeita a despesa com pessoal limita sobremaneira os gastos sociais. Assim, os salários dos trabalhadores, no mundo globalizado, ficam restritos a percentuais previamente determinados das receitas correntes líquidas. Do ponto de vista do capital, as restrições, limitações do pagamento das dívidas interna e externa inexistem, apesar de sua grandiosidade, o que demonstra, com clareza meridiana, que a LRF é uma lei que serve para colocar o garrote vil na cabeça do trabalhador limitando, sobremaneira, o aumento no seu salário de fome. Para os alegres e risonhos capitalistas o limite para o pagamento de amortização das dívidas, é o *zênite*, enquanto o salário, que representa o pagamento da força de trabalho, resta em *nadir*.